

**EFETIVIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DO NORDESTE**

**FRANCISCO FABRÍCIO SOUSA SANTOS**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ (UVA)

**CÍNTIA VANESSA MONTEIRO GERMANO AQUINO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ (UVA)

**CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)

# EFETIVIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DO NORDESTE

## 1 INTRODUÇÃO

O gestor governamental tem o dever de arrecadar e executar os recursos escassos com a finalidade de atender de forma ampla o carecimento da sociedade. O resultado da ação estatal possui ligação direta com a execução dos gastos com eficácia, eficiência e efetividade, de maneira que proporcione maximizar os resultados e minimizar os custos, ou seja, utilizando-os de maneira adequada e eficiente (AMORIM; DINIZ; LIMA, 2017). Segundo Silva e Crisóstomo (2019), a eficiência é pertinente à combinação ótima de recursos em um processo produtivo, visando a potencializar resultados. O Estado deve utilizar os recursos arrecadados de forma eficiente a fim de aumentar a qualidade de vida dos cidadãos (SILVA et al., 2019).

Uma das condições propostas como capazes de estimular o desenvolvimento socioeconômico municipal é a correta atuação do gestor público para dinamizar áreas prioritárias, como educação, saúde e infraestrutura, de modo a assegurar condições de avanço socioeconômico (DEBNATH; SHANKAR, 2014). Segundo Alcântara, Pereira e Silva (2015) para que os gestores tenham transparência nas suas ações, são necessários os mecanismos de controle, resultando para que haja o efetivo controle social na gestão governamental.

A insuficiência de recursos obriga o Estado, manter o equilíbrio das receitas e das despesas. Além disso, a criação de condições institucionais e econômicas para que investimentos em políticas de desenvolvimento socioeconômico, principalmente nas áreas de educação, saúde, emprego e renda, tenham resultados eficientes, eficazes e efetivos (LOUZANO et al., 2019).

Nessa perspectiva, a literatura brasileira e autores estrangeiros mostram que o devido desenvolvimento socioeconômico só é possível quando se tem uma gestão transparente, eficiente, eficaz e responsável, capaz de otimizar os recursos escassos promovendo o bem-estar social (BRESSER-PEREIRA, 2008; COSTA et al, 2015; KAWK, 2017; LOUZANO et al., 2019). Logo, o gestor público deve traçar estratégias que atendam à procura da população, usando de forma eficiente os recursos públicos focando no desenvolvimento socioeconômico (SILVA; CRISÓSTOMO, 2019).

Dessa forma, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) foi criado em 2014 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) com a finalidade de avaliar a efetividade das políticas e atividades desenvolvidas pelos gestores públicos municipais. Adotado a partir de 2015 pelos demais tribunais, o IEGM é um instrumento, um indicador de aferição de apoio de resultados da gestão municipal, que permite a sociedade à verificação, à adequação das ações governamentais, aos anseios que ela tem com relação à condução pública da gestão pública (PASSOS; AMORIM, 2018).

No que se refere ao desenvolvimento socioeconômico, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) desenvolveu em 2008 o Índice Firjan de Desenvolvimento Socioeconômico Municipal (IFDM). Esse índice é composto por três indicadores, ponderados igualmente, referentes à emprego e renda, à educação e à saúde, consolidados por município (FIRJAN, 2018).

Diante de tal discussão, eis que emerge a seguinte questão da pesquisa: Qual a relação entre a efetividade e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios? Nessa perspectiva, traçou-se como objetivo analisar a relação entre a efetividade e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios dos estados do Nordeste.

O estudo se mostra relevante visto que a efetividade é tema recente e pouco estudado no âmbito dos estudos em gestão pública municipal, e é importante conhecer e avaliar os instrumentos de efetividade por meio da pesquisa científica (SILVA NETO; REIS; RIBEIRO, 2020). Do ponto de vista social, este estudo se mostra relevante, pois os estados nordestinos são

enquadrados como os que arrecadam menos em relação à outras regiões brasileiras, região na qual tem um histórico marcado de má distribuição de renda e baixos níveis de qualidade de vida (CÂMARA et al., 2016; SILVA; CRISÓSTOMO, 2019).

Pretende-se também contribuir para o âmbito social, e também chamar a atenção da população para a maneira como a gestão pública municipal está sendo conduzida, bem como, proporcionar aos próprios gestores, condições de visualizar qual a posição de seu município comparado aos outros, além de evidenciar qual a maneira que este pode melhorar a eficiência e a efetividade do ente.

O presente artigo está dividido em cinco seções, a primeira seção composta pela introdução, a segunda seção representada pelo referencial teórico, onde estão apresentadas as discussões sobre efetividade e eficiência da gestão pública, sobre desenvolvimento socioeconômico municipal cearense e por fim sobre os estudos correlatos pertinentes à pesquisa. Na terceira seção estão os procedimentos metodológicos, parte na qual são descritos os principais procedimentos realizados durante a pesquisa. Na quarta seção está a descrição e análise dos dados, e na quinta seção as considerações finais, parte destinada à apresentação das conclusões e limitações da pesquisa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção traz os conceitos e a fundamentação teórica desenvolvida, que aborda acerca de diferentes conceitos relacionados à efetividade e eficiência da gestão pública, desenvolvimento socioeconômico e estudos correlatos de pesquisas realizadas nessa seara.

### **2.1 Efetividade no Setor Público**

Segundo Sano e Montenegro Filho (2013), a necessidade primordial de mais eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais está intimamente relacionada à questão do desenvolvimento, pois muitas das vezes, as suas possibilidades, são cerceadas. Os autores destacam que, devido aos limites que surgem quando os atores envolvidos na gestão pública não estão comprometidos com estes conceitos, resulta em impactos negativos na vida de todos os cidadãos.

O conceito de efetividade, segundo Chagas (2018), é usado como sinônimo de eficiência e eficácia, esta última refere-se ao grau de obtenção dos objetivos estabelecidos pela gestão, enquanto a eficiência está ligada à quantidade, tipo, custo e qualidade dos recursos utilizados para atingir os objetivos. Oliveira e Pisa (2015) considera a efetividade como um dos princípios de governança pública. Para ela, efetividade refere-se aos impactos gerados pelos produtos/serviços, processos ou projetos. A efetividade está vinculada ao grau de satisfação ou, ainda, ao valor agregado.

No tocante à eficiência, Silva e Crisóstomo (2019) destacam que esse conceito está relacionado à combinação ótima entre recursos e produtos, ou seja, a eficiência tem o propósito de potencializar a produção, diminuindo os recursos aplicados. Nessa conjuntura, a eficiência está associada aos meios para se atingir o objetivo e não apenas ao objetivo em si (PENA, 2008; RODRIGUES, 2017). Para Amorim, Diniz e Lima (2017), a eficiência é compreendida como uma função que otimiza os recursos aplicados nos serviços públicos, bem como os resultados obtidos. Cumpre destacar que a eficiência no setor público tem sido observada como um aspecto fundamental no controle das finanças públicas, bem como um ponto essencial no que se refere à tomada de decisão (MOROZUMI; VEIGA, 2016; LAZARIN; MELLO; BEZERRA 2014; MANZOOR, 2014).

Destaca-se que, enquanto o termo eficiência da gestão pública tem sido abordado de forma considerável na seara da administração pública, a efetividade é um tema pouco explorado, mas que vem ganhando força nos últimos anos. Sano e Montenegro Filho (2013) garantem que o motivo que justifica o crescente interesse da gestão pública pela avaliação de

programas e projetos seria a preocupação com a efetividade, isto é, com a verificação dos resultados esperados e não esperados alcançados com a execução de programas e projetos governamentais.

Nesse contexto, o TCE-SP, juntamente com o IRB, desenvolveram, no ano de 2014, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). A partir de 2015, o IEGM passou a ser adotado pelos demais Tribunais com a finalidade de avaliar a efetividade das políticas e atividades desenvolvidas pelos seus gestores (PASSOS; AMORIM, 2018). Segundo o Passos e Amorim (2018) o IEGM, é um indicador de processo que afere o grau de aderência da gestão da gestão municipal a determinados municípios e controles em sete áreas. O grau de aderência é mensurado a partir da pontuação atribuídas às questões pelo Tribunal de Contas, e os processos e controles são inquiridos a partir de questionários respondidos pelos municípios.

O conceito abstrato de efetividade passa a dispor de referências objetivas, sendo entendido como a equivalência das condutas dos governos às exigências do povo, a princípio em sete peculiaridades: educação; saúde; planejamento; gestão fiscal; meio ambiente; proteção dos cidadãos; e governança da tecnologia da informação (TCE-SP 2014). Como um indicador sintetizado, o IEGM demonstra, em uma só medida, diversos aspectos da vida social, permitindo uma avaliação geral da efetividade da gestão municipal sob múltiplas variáveis (PASSOS; AMORIM, 2018).

Os sete indicadores que compõem o IEGM são: Índice Municipal da Educação (i-EDUC); Índice Municipal da Saúde (i-SAÚDE); Índice Municipal do Planejamento (i-PLANEJAMENTO); Índice Municipal da Gestão Fiscal (i-FISCAL); Índice Municipal do Meio Ambiente (i-AMB); Índice Municipal de Cidades Protegidas (i-CIDADE); e, Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação (i-GOV TI) (IRB, 2015).

**Quadro 1 - Indicadores do IEGM**

<b>Índices</b>	<b>Objetivo</b>
i-EDUC	Mensura os efeitos das intervenções da gestão municipal no que tange à educação infantil e no ensino fundamental, levando em consideração aspectos direcionados à infraestrutura escolar, bem como a avaliação escolar, problemas de infraestrutura, planejamento de vagas, merenda escolar, qualificação de professores, quantitativo de vagas.
i-SAÚDE	Mensura a gestão pública municipal no que tange à atenção básica, assiduidade dos médicos, cobertura e ação do programa saúde da família, atuação do conselho municipal de saúde, o cuidado com a população para tratamento de doenças como tuberculose e a precaução de doenças com a dengue, controle de estoque de insumos, campanha de vacinação e orientação à população.
i-PLANEJAMENTO	Analisa a compatibilidade entre o que foi idealizado e o que foi efetivamente realizado.
i-FISCAL	Mensura a proporção da gestão municipal no que se refere à análise da execução financeira e orçamentária, das deliberações em relação à utilização de recursos ligados, da transparência da administração municipal e da observância aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
i-AMB	Analisa a execução das ações que têm relação com o meio ambiente que influenciam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas, além de mostrar informações acerca dos resíduos sólidos, saneamento básico, educação, estrutura e conselho ambiental.
i-CIDADE	Mede o grau de comprometimento do planejamento municipal na proteção da população frente a prováveis eventos de sinistros e desastres, além disto, contém informações sobre plano de contingência, identificação de riscos para intervenção do poder público e infraestrutura da defesa civil.
i- GOV TI	Mede o conhecimento e o uso de recursos de tecnologia da informação em favor da sociedade, acima de tudo, políticas em uso de informática, segurança da informação, capacitação do quadro de pessoal e transparência.

Fonte: IRB (2015).

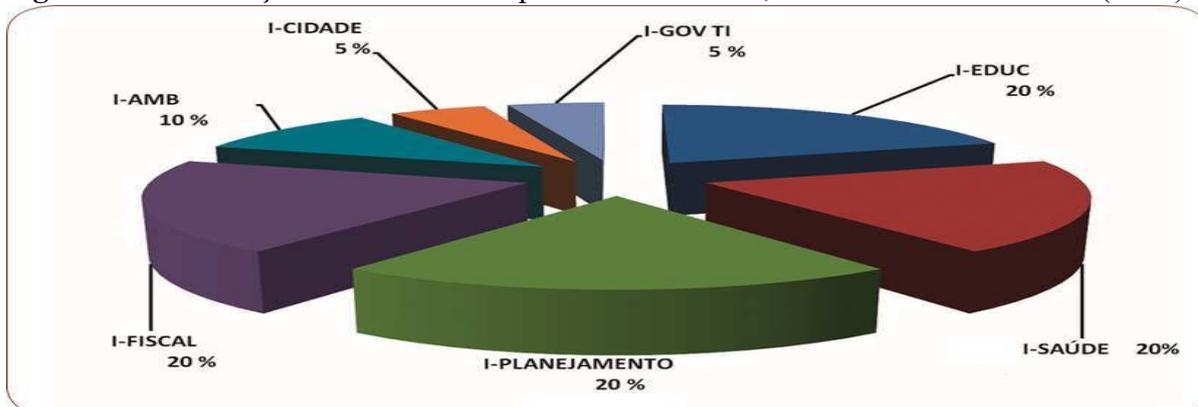
Conforme Passos e Amorim (2018), o IEGM se atenta à economia, interpretada como os meios utilizados pelo município para que os serviços prestados aos cidadãos sejam providenciados em tempo útil, nas quantidades e qualidades apropriadas e o melhor preço. A eficiência é externada na melhor relação entre os meios utilizados e os resultados alcançados, já a eficácia é assimilada como o alcance dos objetivos estabelecidos no planejamento público (TCE-SP, 2014).

O IEGM é um trabalho de fiscalização, caracterizado com um levantamento, que é feito pela Diretoria da Gestão Municipal (DGM). Toda coleta, análise e validação de dados são feitas pela DGM. Em seguida, esses dados utilizados são transformados em informações. São utilizados dados do governo e também do portal da transparência, das publicações no Diário Oficial, dos relatórios de gestão fiscal, dentre outros que congregam as informações relativas às auditorias de prestação de contas realizadas ordinariamente pelos Tribunais de Contas. Do mesmo modo, são observadas informações por meio de questionários eletrônicos feitos pelas próprias Prefeituras Municipais (IRB, 2015).

Os questionários eletrônicos são compostos por 226 questões, sendo: 59 relativas à educação; 58 à saúde; 48 ao planejamento; 7 à dimensão fiscal; 21 ao meio ambiente; 12 à proteção das cidades; e 21 à governança de tecnologia da informação. As questões tratam desde a infraestrutura necessária para satisfazer as necessidades do cidadão, incluindo os recursos humanos envolvidos e o número de pessoas atendidas, até os meios utilizados na prestação de serviços, para que sejam exercidos o controle e a avaliação pelos usuários e pela coletividade (IRB, 2015).

Após a apuração isolada de cada um dos componentes do índice, faz-se necessária a combinação ponderada com a atribuição de pesos a cada dimensão: para os indicadores i-EDUC, i-SAÚDE, i-FISCAL e o i-PLANEJAMENTO é considerado um peso de 20%; para o indicador i-AMB é utilizado um peso de 10%; e para os indicadores i-CIDADE e i-GOV TI, um peso de 5% (IRB, 2015).

**Figura 1** – Ponderação dos índices componentes do IEGM, anuário do IEGM Brasil (2015)



Fonte: IRB (2015).

O IEGM avalia, portanto, a efetividade da gestão municipal de modo geral, apresentando os resultados em faixas, desviando-se de uma exibição numérica de ranking (TCE-SP, 2014). Cada faixa é definida por uma nota, caracterizando a gestão como altamente efetiva, muito efetiva, efetiva, em fase de adequação e baixo nível de adequação (IRB, 2015).

## Quadro 2 - Faixas de resultado do IEGM, anuário do IEGM Brasil (2015)

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices componentes com nota A
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor que 50%

Fonte: IRB (2015)

A utilização de faixas de resultado, ao invés de números absolutos, tem como intuito evitar o estabelecimento de ranking entre municípios, visto que o pensamento do IEGM não é de competição, mas, sim, de entender a gestão municipal nas dimensões avaliadas e promover a mudança de atitude do gestor municipal (IRB, 2015). O IEGM objetiva, portanto, certificar as áreas que demandam maior qualidade nos gastos públicos, findando como altamente efetiva a gestão, considerando todos os aspectos do bem-estar social (TCE-SP, 2014). Todavia, não esquece daquelas áreas que demandam maior gasto público como por exemplo a saúde e educação que são meios relevantes para que as carências dos cidadãos sejam realizadas que podemos citar as áreas: planejamento e gestão fiscal (PASSOS; AMORIM, 2018). Observa-se, com base no Quadro 2, que os municípios com nota A, B+ e B podem ser considerados efetivos, enquanto aqueles com nota C+ e C são considerados não efetivos, uma vez que ainda não se adequaram aos requisitos.

Utilizando o IEGM, Silva Neto, Reis e Ribeiro (2020) apresentaram os níveis de efetividade da gestão dos municípios do estado do Pará com base nos setes indicadores deste índice. Para tanto, foram analisados 97 municípios de 144, representando uma adesão de 67,36% dos municípios em 2017. Os resultados obtidos mostraram que a principal dificuldade dos municípios do Pará está no indicador de planejamento, que apresentou o mais baixo nível de adequação em praticamente em todos os municípios.

### 2.2 Desenvolvimento Socioeconômico

O Estado faz uso de diversos aparatos para garantir o desenvolvimento socioeconômico e promover melhor distribuição de renda. A progressividade do sistema tributário e a isenção fiscal são alguns dos diversos instrumentos em poder do Estado para intervir na economia e garantir o desenvolvimento da sociedade (MASSARDI; ABRANTES, 2016). A questão do desenvolvimento no eixo econômico, antes da Segunda Guerra Mundial, era considerada apenas como um campo ou uma disciplina da economia, só após a Segunda Guerra Mundial que ficou claro a distinção, pois a sua centralidade na reflexão econômica já pode ser encontrada na obra dos mercantilistas (BASTOS; BRITTO, 2020).

Para Medeiros, Santos e André (2018), o conceito de desenvolvimento, na visão econômica, está associado à efetivação do bem-estar da sociedade que, por muito tempo, considerando seus aspectos normativos, recebia o mesmo significado de crescimento econômico. Na concepção de Todaro e Smith (2009), o desenvolvimento é um processo no qual se procura uma melhoria da qualidade de todas as vidas humanas bem como de suas capacidades a fim de melhorar seus níveis de vida, sua autoestima e seus graus de liberdade.

O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2013), afirma que o desenvolvimento é um processo de mudança da sociedade no sentido de melhorar o bem-estar da população ao longo do tempo, alargando o seu leque de escolhas nos domínios da saúde, educação e rendimento. Dessa forma, o desenvolvimento socioeconômico é definido genericamente como o processo no qual o crescimento econômico (emprego e renda) e o social (educação e saúde) estão interligados numa relação de dependência, isso porque, atualmente, o desenvolvimento está mais vinculado

à questão da maior ou menor inserção na economia globalizada (MORAIS; OLIVEIRA; ROCHA, 2016).

Ao longo dos anos, o conceito foi reelaborado e passou a integrar variáveis além daquelas relacionadas ao crescimento da riqueza, mas, sobretudo, às diretamente relacionadas com a qualidade de vida da população (OLIVEIRA, 2002). O desenvolvimento socioeconômico não compreende apenas a industrialização e o crescimento de emprego e renda, mas também outros determinantes, como serviços de saúde e educação (SEN, 2000).

Segundo Morais, Oliveira e Rocha (2016) nos trabalhos acerca do desenvolvimento regional, a utilização de indicadores tem a finalidade de quantificar determinada concepção de desenvolvimento. Entretanto, uma variável econômica ou social somente se configura como um indicador quando representa algum aspecto relevante desta concepção (NOHLEN; NUSCHELER, 1993). Nesse contexto, a ONU utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para mensurar o desenvolvimento das nações, a partir de uma perspectiva multidimensional, envolvendo aspectos como educação, saúde e renda. No Brasil, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) elaborou o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que acompanha o desenvolvimento dos mais de cinco mil municípios brasileiros em três áreas: emprego e renda, educação e saúde (FIRJAN, 2020).

Esse indicador é elaborado, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho, Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde (MS). O índice varia de zero (mínimo) a um ponto (máximo), classificando os municípios em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4); regular (0,4 a 0,6); moderado (de 0,6 a 0,8); e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade (FIRJAN, 2020). Conforme mencionado, as três áreas de desenvolvimento do IFDM são: IFDM Emprego & Renda; IFDM Educação; e IFDM Saúde (FIRJAN, 2020). Para o cálculo do IFDM é realizada uma média aritmética simples destas três áreas.

### Quadro 3 -Resumo por áreas de desenvolvimento do IFDM

EMPREGO&RENDA	EDUCAÇÃO	SAÚDE
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de emprego formal</li> <li>• Taxa de formalização do mercado de trabalho</li> <li>• Geração de renda</li> <li>• Massa salarial real no mercado de trabalho formal</li> <li>• Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento à educação infantil</li> <li>• Abandono no ensino fundamental</li> <li>• Distorção idade-série no ensino fundamental</li> <li>• Docentes com ensino superior no ensino fundamental</li> <li>• Média de horas-aula diárias no ensino fundamental</li> <li>• Resultado do IDEB no ensino fundamental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de atendimento adequado de pré-natal</li> <li>• Óbitos por causa mal definidas</li> <li>• Óbitos infantis por causas evitáveis</li> <li>• Internação sensível à atenção básica (ISAB)</li> </ul>

Fonte: FIRJAN (2018).

O IFDM Emprego & Renda é composto por duas dimensões: emprego, que analisa a geração de emprego e a capacidade de aquisição de mão de obra local; e, renda, que avalia a geração de renda e sua distribuição no mercado de trabalho local. Cada dimensão corresponde a 50% do IFDM Emprego & Renda. Os dados dessa variável são provenientes do Ministério do Trabalho (FIRJAN, 2020). O IFDM Educação é composto por seis dimensões e tem como propósito absorver a oferta de educação infantil e, principalmente, a qualidade da educação fundamental em escolas públicas e privadas. As informações dessa variável são extraídas do Ministério da Educação. O IFDM Saúde tem foco na saúde básica e contempla três indicadores, cujo controle é de competência do poder municipal. As informações dessa variável são obtidas no Ministério da Saúde (FIRJAN, 2020).

Diversos estudos buscam relacionar o desempenho da gestão pública com questões relacionadas ao desenvolvimento municipal. No contexto da eficiência e desenvolvimento

socioeconômico em governos municipais, Crisóstomo e Silva (2020) analisaram a relação entre a eficiência e o desenvolvimento socioeconômico nos municípios cearenses. Utilizou-se o método de Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis – DEA*) para medir a eficiência em três diferentes dimensões: educação; saúde e emprego e renda. Além disso, elaborou-se o Índice de Eficiência da Gestão Pública (IEGP) por meio da ponderação entre as três dimensões da eficiência. A amostra é composta pelos 184 municípios cearenses e o período analisado foi de 2007 a 2016. Os resultados apontam que a eficiência geral e das dimensões educação, e emprego e renda apresentaram relação positiva com o desenvolvimento socioeconômico, demonstrando a capacidade destas dimensões da eficiência em gerar desenvolvimento.

Vieira, Abrantes e Almeida (2020) analisaram os efeitos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) na redução das desigualdades de desenvolvimento econômico e social existentes entre os municípios brasileiros. Esses autores utilizaram estimação de regressões quantílicas com dados em painel para o período de 2008 a 2012, para analisar os efeitos do FPM sobre o desenvolvimento municipal. Os resultados demonstram que, de modo geral, o FPM influenciou positivamente o desenvolvimento dos municípios brasileiros, exceto para aqueles já considerados altamente desenvolvidos. Logo, conclui-se que a partilha de recursos do FPM, por si só, pode ser apenas um acessório na dinâmica de promoção do desenvolvimento socioeconômico regional integrado, mas não o principal instrumento (VIEIRA; ABRANTES; ALMEIDA, 2020).

Silva e Crisóstomo (2019) analisaram os efeitos da gestão fiscal e da eficiência da gestão pública no desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. Esses autores utilizaram a análise envoltória de dados (DEA) e regressão linear para analisar os 184 municípios cearenses, no período de 2007 a 2013. Através desta pesquisa, conclui-se que a gestão fiscal e a eficiência da gestão pública influenciam positivamente o desenvolvimento socioeconômico municipal, sinalizando que os gestores públicos devem melhorar a eficiência de sua gestão e observar as regras de controle fiscal. Os achados desta pesquisa ressaltam ainda a importância da boa gestão dos recursos públicos, sendo essa não apenas formada por atos gerenciais técnicos, mas também por atos políticos, que têm total influência na vida da população, uma vez que impactam diretamente o bem-estar social coletivo (SILVA; CRISÓSTOMO, 2019).

A pesquisa realizada por Crisóstomo, Martins e Silva (2019) teve como objetivo analisar os efeitos do desempenho da educação básica sobre o desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, foram analisados os 184 municípios cearenses, nos anos de 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015. O desempenho da educação foi medido pela eficiência do investimento em educação e pela qualidade da educação. O desenvolvimento socioeconômico foi medido por meio do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Os resultados desse estudo indicam que os municípios cearenses, embora não denotem altos níveis de desenvolvimento, apresentam, em média, alta eficiência do investimento em educação. Além disso, o desempenho da educação está positivamente relacionado com o desenvolvimento socioeconômico (CRISÓSTOMO; MARTINS; SILVA, 2019).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esse estudo apresenta uma abordagem quantitativa, que é definida pelo uso de procedimentos estatísticos tanto para o colhimento de informações, quanto para o tratamento (RICHARDSON et al., 2012). Esse tipo de abordagem tem a intenção de comprovar a precisão dos resultados, reter desvios de análise e interpretações, proporcionando uma margem de segurança quanto as hipóteses a serem testadas (BEUREN et al., 2012). Segundo Fonseca (2002), a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, assim como as relações entre variáveis. Portanto, como essa pesquisa analisou a

relação entre a efetividade e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios dos estados do Nordeste, se enquadra como quantitativa.

Esse trabalho também pode ser definido como descritivo, uma vez que procura descrever a relação da efetividade e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios nordestinos. Esse tipo de pesquisa tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, além de ter como objetivo descrever características de determinada população, incluindo as pesquisas que têm por finalidade levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2010).

Em relação ao procedimento de coleta de dados, foi adotado o estudo documental, pois os dados foram coletados de bases essenciais, que receberam análises e tratamentos com intuito de se extrair informações (CRISÓSTOMOS; SILVA, 2020). Para medir a efetividade, foram utilizados dados referentes ao IEGM, que foram extraídos dos portais dos tribunais de contas dos estados nordestinos. Para medir o desenvolvimento socioeconômico, utilizou-se o IFDM, que foi retirado do portal da FIRJAN. Ressalta-se que os dados se referem aos anos de 2015 e 2016. Esse período foi escolhido, tendo em vista que os dados do IEGM somente foram disponibilizados a partir de 2015 e os dados do IFDM, na época da pesquisa, somente estavam disponíveis até 2016.

Após pesquisa em todos os portais dos tribunais de contas, verificou-se que nesse período somente existiam dados de cinco estados: Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão e Sergipe. Dessa forma, essa pesquisa analisou os dados dos municípios desses cinco estados, perfazendo a amostra que está destacada na Tabela 1.

**Tabela 1** - Amostra da pesquisa

Estados	Quantidade de Municípios (2015)	Quantidade de Municípios (2016)	Total
Ceará	51	72	123
Piauí	141	224	365
Rio Grande do Norte	156	164	320
Maranhão	144	195	339
Sergipe	75	75	150
<b>Total</b>	<b>567</b>	<b>730</b>	<b>1.297</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Após a coleta nos portais, os dados foram tabulados em planilhas do *Microsoft Excel*®. Em seguida, foram calculadas as frequências dos municípios por faixa de efetividade e pelo IEGM Geral, e, logo depois, foi realizada a estatística descritiva do IFDM. Ressalta-se que foi utilizado também o *software* SPSS para efetuar o Teste T a fim de verificar a relação entre a efetividade e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios dos estados do Nordeste. Para tanto, foram considerados efetivos os municípios que apresentaram conceitos A, B+ e B e como não efetivos os municípios que apresentaram C+ e C.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para melhor explanação dos resultados encontrados, esta seção está dividida em três partes. Inicialmente aborda-se a descrição e análise dos dados referente ao IEGM, seguida da análise dos dados do IFDM. Por fim, verifica-se a relação entre a efetividade e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

### 4.1 Descrição e Análise do IEGM

No IEGM, inicialmente verificou-se a frequência dos municípios por faixa de classificação do IEGM nos 2015 e 2016, seguida das faixas do IEGM por estado nos dois anos analisados. Na Tabela 2, são apresentados os dados da frequência dos municípios por faixa do IEGM em relação ao ano de 2015.

**Tabela 2** - Frequência dos municípios por faixa do IEGM em 2015

Faixa	IEGM Geral	i-AMB	i-Cidades	i-Educ	i-Fiscal	i-GOV TI	i-Planej.	i-Saúde
<b>Altamente efetiva (A)</b>	0	0	14	2	13	1	0	4
<b>Muito efetiva (B+)</b>	1	7	37	38	97	14	1	153
<b>Efetiva (B)</b>	48	35	47	185	265	44	0	255
<b>Em fase de adequação (C+)</b>	250	49	45	162	94	78	54	109
<b>Baixo nível de adequação (C)</b>	268	476	424	180	98	430	566	46

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se, na Tabela 2, que, no ano de 2015, em relação ao IEGM Geral, nenhum município teve sua gestão classificada como altamente efetiva (A). Somente Fortaleza (CE) foi considerado como muito efetiva (B+). Nota-se uma grande concentração de municípios nas faixas de baixo nível de adequação (268) e em fase de adequação (250). Em relação aos sete indicadores do IEGM, os índices que tiveram uma maior representatividade de municípios altamente efetivos foram i-Cidades (14) e o i-Fiscal (13). Em contrapartida, os índices que tiveram uma maior concentração de municípios com baixo nível de adequação (C), foram i-Planejamento (566), i-AMB (476) e i-Cidades (424). Destaca-se que, em relação aos indicadores i-Educação, i-Fiscal e i-Saúde, os municípios tiveram maior concentração na classificação efetiva (B). Nos demais, a maior concentração é no baixo nível de adequação (C).

Na Tabela 3, apresenta-se a frequência dos municípios por faixa no ano de 2016. Pode-se observar que, no ano de 2016, há predominância de municípios com baixo nível de adequação no IEGM Geral, indicando que a maioria dos municípios analisados apresentaram situações críticas em áreas importantes da gestão. Destaca-se também que não houve município considerado altamente efetivo ou muito efetivo em 2016.

**Tabela 3** - Frequência dos municípios por faixa do IEGM em 2016

Faixa	IEGM Geral	i-AMB	i-Cidades	i-Educ	i-Fiscal	i-GOV TI	i-Planej.	i-Saúde
<b>Altamente efetiva (A)</b>	0	2	13	2	24	3	0	10
<b>Muito efetiva (B+)</b>	0	9	40	39	169	22	0	156
<b>Efetiva (B)</b>	37	26	54	142	301	66	0	272
<b>Em fase de adequação (C+)</b>	255	60	63	173	119	112	93	145
<b>Baixo nível de adequação (C)</b>	438	633	559	373	111	525	626	146

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ainda, de acordo com a Tabela 3, em relação aos indicadores do IEGM, o cenário em 2016 foi semelhante ao ano anterior, tendo em vista que poucos municípios tiveram suas gestões consideradas como altamente efetivas. O indicador que apresentou maior quantidade de municípios como altamente efetivo foi o i-Fiscal (24). Outro dado crítico é que nenhum município teve uma gestão altamente efetiva, muito efetiva ou efetiva no índice i-Planejamento. Este indicador apresentou 626 municípios com baixo nível de adequação. Esses resultados estão de acordo com os achados de Silva Neto, Reis e Ribeiro (2020), que, ao analisarem os níveis de efetividade da gestão dos municípios do estado do Pará, verificaram que a principal dificuldade dos municípios do Pará está no indicador de planejamento, que apresentou o mais baixo nível de adequação em praticamente em todos os municípios. O indicador i-AMB apresentou a maior concentração de municípios com baixo nível de adequação (633), mas observaram-se dois municípios altamente efetivos. Somente o i-Fiscal e o i-Saúde apresentaram maior concentração na classificação efetiva. Na Tabela 4, apresentam-se frequências e os percentuais de municípios do IEGM por estado em 2015.

**Tabela 4 – Faixa do IEGM por estado em 2015**

Estados	A	%	B+	%	B	%	C+	%	C	%	Total	%
<b>Ceará</b>	0	-	1	2%	8	16%	29	57%	13	25%	<b>51</b>	100%
<b>Rio Grande do Norte</b>	0	-	0	-	15	10%	79	51%	62	40%	<b>156</b>	100%
<b>Sergipe</b>	0	-	0	-	4	5%	30	40%	41	55%	<b>75</b>	100%
<b>Piauí</b>	0	-	0	-	17	12%	74	52%	50	35%	<b>141</b>	100%
<b>Maranhão</b>	0	-	0	-	4	3%	38	26%	102	71%	<b>144</b>	100%
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>48</b>	<b>8%</b>	<b>250</b>	<b>44%</b>	<b>268</b>	<b>47%</b>	<b>567</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na Tabela 4, verifica-se que apenas um município atingiu a faixa B+ (gestão muito efetiva), Fortaleza (CE). Além disso, percebe-se que o estado do Ceará se destaca em relação aos outros estados, tendo em vista que tem o menor percentual (25%) de municípios com baixo nível de adequação (C). Em contrapartida, o estado do Maranhão apresentou o maior percentual (71%) dos municípios com baixo nível de adequação (C). Outro dado que chama atenção é que 44% dos municípios analisados estão enquadrados na faixa C+ (em fase de adequação) e 47% na faixa C (baixo nível de adequação). Na Tabela 5, são evidenciados os dados dos municípios por estado por faixa do IEGM em 2016.

**Tabela 5 - Faixa do IEGM por estado em 2016**

Estados	A	%	B+	%	B	%	C+	%	C	%	Total	%
<b>Ceará</b>	0	-	0	-	10	14%	45	63%	17	24%	<b>72</b>	100%
<b>Rio Grande do Norte</b>	0	-	0	-	10	6%	71	43%	85	51%	<b>166</b>	100%
<b>Sergipe</b>	0	-	0	-	5	7%	32	46%	38	54%	<b>70</b>	100%
<b>Piauí</b>	0	-	0	-	12	5%	86	38%	126	56%	<b>224</b>	100%
<b>Maranhão</b>	0	-	0	-	2	1%	172	88%	21	11%	<b>195</b>	100%
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>39</b>	<b>6%</b>	<b>406</b>	<b>58%</b>	<b>287</b>	<b>41%</b>	<b>706</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Percebe-se, a partir da Tabela 5, que no ano de 2016, não houve municípios que atingiram as faixas A (altamente efetiva) e B+ (muito efetiva) do IEGM Geral. Destaca-se que 58% dos municípios se encontram na faixa C+ (em fase de adequação). Além disso, constata-se que o estado do Maranhão apresentou uma evolução significativa em relação ao ano anterior, tendo em vista que 88% dos municípios desse estado se encontram em fase de adequação. Nota-se então que apenas 6% dos municípios foram considerados efetivos no conjunto de indicadores, indicando que a maioria apresenta situações críticas em áreas importantes da gestão.

## 4.2 Descrição e Análise do IFDM

Nos dados sobre o IFDM, inicialmente foi realizada uma análise descritiva das áreas de desenvolvimento do IFDM. Na Tabela 6, apresentam-se os valores referentes à média, mínimo, máximo e desvio-padrão do IFDM no ano de 2015.

**Tabela 6 – Estatística descritiva do IFDM em 2015**

Áreas do IFDM	Média	Mínimo	Máximo	Desvio-Padrão
<b>IFDM Geral</b>	0,5815	0,3662	0,8482	0,0766
<b>Educação</b>	0,6831	0,3961	0,9370	0,0869
<b>Emprego&amp;Renda</b>	0,3761	0,1769	0,8477	0,0998
<b>Saúde</b>	0,6826	0,2796	0,9120	0,1299

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, na Tabela 6, que os municípios analisados, em média, possuem um IFDM Geral igual a 0,5815 em 2015, sendo considerada uma medida de desenvolvimento regular. O

valor mínimo (0,3662) do IFDM foi alcançado pelo município de Fernando Falcão (MA), apresentando um baixo nível de desenvolvimento. O valor máximo (0,8482) foi apresentado pelo município de São Gonçalo do Amarante (CE), indicando um nível de alto desenvolvimento. O desvio-padrão (0,0766) evidencia que os municípios estão com indicador muito próximo à média.

No que tange às dimensões do IFDM, percebe-se que a dimensão educação obteve a média mais alta (0,6831), enquanto a dimensão emprego e renda apresentou a média mais baixa (0,3761). Destaca-se também que a dimensão saúde apresentou o maior desvio-padrão (0,1299), indicando que houve maior dispersão entre os municípios nesse indicador. Cumpre destacar os municípios que atingiram o nível alto de desenvolvimento em cada dimensão. Na educação, o município de Vila Nova do Piauí (PI) apresentou o valor máximo (0,9370). Na dimensão emprego e renda, São Gonçalo do Amarante (CE) foi destaque (0,8477). Na saúde, Ibicuitinga (CE) apresentou o valor mais elevado (0,9120). O indicador com a menor média foi o IFDM Emprego & Renda, verificado em Currais (PI), com 0,1769. Na Tabela 7, apresenta-se a análise descritiva do IFDM no ano de 2016.

**Tabela 7** - Estatística descritiva do IFDM em 2016

Áreas do IFDM	Média	Mínimo	Máximo	Desvio-Padrão
<b>IFDM Geral</b>	0,5970	0,3532	0,8467	0,0754
<b>Educação</b>	0,6823	0,3908	0,9549	0,0861
<b>Emprego&amp;Renda</b>	0,4084	0,1567	0,8154	0,095
<b>Saúde</b>	0,6975	0,2987	0,9472	0,1294

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se pela Tabela 7 que, de forma geral, o IFDM teve uma média de 0,5970, valor maior que o ano anterior. Contudo, observam-se valores menores no mínimo e máximo. O município de Sebastião (PI) apresentou a menor média (0,3532) e Eusébio (CE), a maior (0,8467). Em relação ao desempenho das áreas de desenvolvimento do IFDM, a educação se manteve com a maior pontuação (0,9549) e maior média (0,6823), enquanto emprego e renda permaneceu com menor valor (0,1567) e menor média (0,4084). Destaca-se que Eusébio (CE) obteve a maior pontuação e Caldeirão Grande (PI), a menor. Destaca-se ainda que os resultados encontrados corroboram com os achados de Medeiros, Santos e André (2018), que ao analisarem o desenvolvimento municipal das microrregiões do estado do Tocantins nos anos de 2000 a 2010, evidenciaram que as dimensões saúde e educação tiveram a maior participação no IFDM. Em seguida, foram verificadas as médias do IFDM por estado. Na Tabela 8, estão dispostos os valores de 2015.

**Tabela 8** - Média do IFDM por estado em 2015

Estados	IFDM Geral	Educação	Emprego & Renda	Saúde
<b>Ceará</b>	0,6634	0,7857	0,4242	0,7804
<b>Rio Grande do Norte</b>	0,6192	0,7160	0,3926	0,7491
<b>Sergipe</b>	0,5887	0,6515	0,3919	0,7228
<b>Piauí</b>	0,5720	0,6970	0,3486	0,6707
<b>Maranhão</b>	0,5141	0,6140	0,3590	0,5666

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 8, observa-se que o estado com maior destaque em todas as áreas do IFDM foi o Ceará. Logo, esse estado teve um maior desenvolvimento em 2015. Em contrapartida, Maranhão teve a menor média em quase todas as áreas, exceto no indicador IFDM Emprego & Renda, indicando um menor nível de desenvolvimento socioeconômico. Ressalta que Piauí teve o menor desempenho na dimensão emprego e renda (0,3486). Na Tabela 9, apresenta-se a média do IFDM em 2016 por estado.

**Tabela 9 - Média do IFDM por estado em 2016**

Estados	IFDM Geral	Educação	Emprego&Renda	Saúde
Ceará	0,6804	0,7812	0,4533	0,8066
Rio Grande do Norte	0,6449	0,7152	0,4366	0,7835
Sergipe	0,5977	0,6547	0,4035	0,7358
Piauí	0,5846	0,6875	0,3825	0,6822
Maranhão	0,5360	0,6227	0,3977	0,5879

Fonte: Dados da Pesquisa.

Percebe-se, pela Tabela 9, que o Ceará continua com a maior média em todas as áreas de desenvolvimento do IFDM, consequentemente, continua sendo o estado com maior desenvolvimento. Da mesma forma, Maranhão permaneceu como o estado com menor desenvolvimento socioeconômico, por apresentar as menores médias no IFDM Geral (0,5360), Educação (0,6227) e Saúde (0,5879). Piauí também continuou com a menor média em emprego e renda (0,3825).

### 4.3 Relação entre Desenvolvimento Socioeconômico e Efetividade

A fim de se alcançar maior robustez no que se refere aos resultados desta pesquisa, optou-se por conduzir outro teste de diferença entre médias. Dessa forma, realizou-se um teste de comparação simples entre médias, comparando apenas dois grupos de municípios: (i) municípios efetivos (A, B+ e B); e (ii) municípios não efetivos (C+ e C). Para tanto, recorreu-se ao Teste T para comparar as médias de desenvolvimento entre os dois grupos: municípios efetivos; e municípios não efetivos. Na Tabela 10, são apresentados os resultados obtidos.

**Tabela 10 – Teste de Médias dos grupos efetivos e não efetivos em relação ao IFDM**

Dimensão	Grupo	N	Média	T	valor-p
IFDM Geral	Efetivo	85	0,6445	6,934	<b>0,000***</b>
	Não Efetivo	1175	0,5862		
IFDM Educação	Efetivo	86	0,7468	7,266	<b>0,000***</b>
	Não Efetivo	1211	0,6781		
IFDM Emprego & Renda	Efetivo	85	0,4479	4,082	<b>0,000***</b>
	Não Efetivo	1175	0,3902		
IFDM Saúde	Efetivo	86	0,7361	4,003	<b>0,000***</b>
	Não Efetivo	1211	0,6878		

Fonte: Dados da Pesquisa.

\*\*\* Significante ao nível de 1%.

Os achados da Tabela 10 evidenciaram que há diferença estatística entre as médias dos dois grupos (efetivos e não efetivos), ou seja, os municípios considerados efetivos apresentaram médias de desenvolvimento socioeconômico superiores às médias dos municípios não efetivos para todos os indicadores do IFDM, a um nível de significância de 1%. Desse modo, os municípios considerados efetivos tendem a ter um desenvolvimento socioeconômico maior e os municípios considerados não efetivos tendem a ter um desenvolvimento socioeconômico menor. Os resultados obtidos nesse teste de médias indicam uma relação positiva entre a efetividade da gestão pública e o desenvolvimento socioeconômico municipal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a relação entre a efetividade e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios dos estados do Nordeste. Para verificar a efetividade dos municípios foi utilizado o IEGM e, para ao desenvolvimento socioeconômico, utilizou-se o IFDM. Foram analisados os municípios de cinco estados (Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí e Maranhão), nos anos de 2015 e 2016.

Em relação ao IEGM, os resultados apontaram que, nos dois anos analisados, nenhum município atingiu o nível de gestão altamente efetiva (A) no IEGM Geral, e que apenas o indicador i-Fiscal teve uma maior representatividade de municípios classificados como gestão altamente efetiva em 2015 e 2016. Em contrapartida, a maioria dos municípios tiveram suas gestões classificadas com baixo nível de adequação (C) nos índices i-Planejamento e no i-AMB, indicando que a maioria dos municípios analisados apresentaram situações críticas em áreas importantes de gestão.

No IEGM por estado, observou-se que nenhum estado atingiu o nível de gestão altamente efetivo (A) nos anos analisados. E que apenas o município de Fortaleza (CE) teve sua gestão classificada na faixa muito efetivo (B+). Além disso, o estado do Ceará se destacou no ano de 2015, tendo em vista que teve um percentual menor (25%) de municípios com baixo nível de adequação (C). Em contrapartida, no mesmo período, Maranhão apresentou o maior percentual (71%) dos municípios com baixo nível de adequação (C). Já em 2016, esse estado apresentou uma evolução significativa ao ano anterior, visto que 88% dos municípios passaram a se encontrar na fase de adequação (C+).

Acerca do IFDM Geral, em média, houve desenvolvimento regular no período verificado, sendo 0,5815 em 2015 e 0,5970, em 2016. Os municípios que se destacaram foram São Gonçalo do Amarante, com IFDM Geral de 0,8482, em 2015, e Eusébio, com 0,8467, em 2016. Fernando Falcão (MA) apresentou o menor indicador (0,3662) em 2015, e Sebastião (PI), o menor em 2016 (0,3532).

No tocante às dimensões do IFDM, constatou-se que a educação e saúde foram as dimensões que apresentaram as maiores médias em 2015 e em 2016. Em contrapartida, o IFDM Emprego & Renda foi a que apresentou menor nível de desenvolvimento. Ressalta-se que o estado do Ceará apresentou o maior desenvolvimento socioeconômico no período, enquanto que Maranhão teve o menor. Destaca-se também que houve uma evolução dos indicadores do IFDM, com exceção do IFDM Educação.

Por fim, ao verificar a relação entre desenvolvimento socioeconômico e efetividade, concluiu-se que os municípios efetivos apresentam médias de desenvolvimento socioeconômico superiores aos municípios não efetivos. Logo, os resultados indicam que, de modo geral, há relação positiva entre a efetividade da gestão pública e o desenvolvimento socioeconômico municipal.

Em linhas gerais, considera-se que este estudo contribui para o campo da gestão pública à medida que levanta uma discussão acerca da relação entre a efetividade da gestão pública e o desenvolvimento socioeconômico. Além disso, a realização desse estudo tem o propósito de ampliar o debate acerca da efetividade da gestão pública municipal, tendo em vista que é um assunto novo e pouco abordado.

Como fatores limitantes, destaca-se a impossibilidade de observar o comportamento de todos os municípios nordestinos e a amostra foi realizada apenas na Região Nordeste. Sugere-se, então, para futuras pesquisas, a análise comparativa entre municípios de diferentes estados de outras regiões, com a finalidade de robustecer as análises e ampliar as discussões acerca dos fatores relacionados à efetividade e desenvolvimento socioeconômico municipal. Ademais, recomenda-se a identificação de boas práticas de gestão administrativa que contribuam para o aumento da efetividade das ações governamentais, subsidiando gestores públicos em suas decisões, aproximando, assim, a academia da gestão pública municipal.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, E. A. F. Gestão social e governança pública: aproximações e (de)limitações teórico-conceituais. **Revista de Ciências da Administração**, 17(Edição Especial), p.11-29, 2015.

AMORIM, K. A. F.; DINIZ, J. A.; LIMA, S. C. A visão do controle externo na eficiência dos gastos públicos com educação fundamental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 29, p. 56-67, 2017.

BASTOS, C. P. M.; BRITTO, G. Introdução à Economia do Subdesenvolvimento: Elementos Fundamentais das Teorias Clássicas do Desenvolvimento. **Gestão e Sociedade**, v. 14, n. 38, p. 3632-3671, 2020.

BEUREN, I. M. et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

BEZERRA, D. S. S.; LIBONATI, J. J.; MACEDO, M. R. G. O.; RIBEIRO, M. V. J. B.; RIBEIRO, M. T. J. B. Análise da Relação entre Receitas e Despesas Públicas e o Desenvolvimento Educacional dos Municípios Brasileiros Baseada no Índice Firjan. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 37, n. 2, p. 89-106, 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O modelo estrutural de gerência pública. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 2, p. 391-410, 2008.

CAMARA, S. F.; CARVALHO, H. J. B.; SILVA, F. A. A.; SOUZA, L. L. F.; SOUZA, E. M. Cidades inteligentes no Nordeste brasileiro: análise das dimensões de trajetória e a contribuição da população. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 21, n.69, p. 139-159, 2016.

CHAGAS, R. Gestão e Efetividade do PNAGE: A Experiência de Modernização no Estado de Sergipe em Análise. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 8, n. 1, p. 83-99, 2018.

COSTA, C. C. M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. **Revista de Administração Pública**, v.49, n.5, p.1319-1347, 2015.

CRISÓSTOMO, V. L.; SILVA, C. R. M. Relação entre Eficiência da Gestão Pública e Desenvolvimento Socioeconômico: Um Estudo nos Municípios Cearenses. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 124-141, 2020.

CRISÓSTOMO, V. L.; MARTINS, S. S.; SILVA, C. R. M. Desempenho da Educação e Desenvolvimento Socioeconômico no Ceará. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 4, p. 1-16, 2019.

DEBNATH, R. M.; SHANKAR, R. Does good governance enhance happiness: a cross nation study. **Social Indicators Research**, v.116, n.1, p. 235-253, 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FIRJAN. IFDM – **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal: IFDM Edição 2018**, - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Ano Base 2016. Disponível em: <[https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM\\_2018.pdf](https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM_2018.pdf)>. Acesso em: 10 maio, 2020.

\_\_\_\_\_. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 10 maio, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO RUI BARBOSA. **Anuário do IEGM Brasil 2015**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <[http://iegm.irbcontas.org.br/base/anuario\\_2015.pdf](http://iegm.irbcontas.org.br/base/anuario_2015.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2019.

- KWAK, S. Cyclical asymmetry in State fiscal policy: is it biased toward big or small government? **The American Review of Public Administration**, v.4, n.8, p.962-976, 2017.
- LAZARIN, F. M.; MELLO, G. R.; BEZERRA, F. M. A relação entre a dívida pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses: evidências para o período de 2002 a 2010. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 2, p. 719-736, 2014.
- LOUZANO, J. P. O.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; ZUCCOLOTTO, R. Causalidade de Granger do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico na Gestão Fiscal dos Municípios Brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 3, p. 610-627, 2019.
- MANZOOR, A. A look at efficiency in public administration: past and future. **SAGE Open**, v. 4, n. 4, p. 1-5, 2014.
- MASSARDI, W. O.; ABRANTES, L. A. Dependência dos municípios de Minas Gerais em relação ao FPM. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v.1, n.6, p.173-187, 2016.
- MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.
- MEDEIROS, A. L.; SANTOS, L. B. D.; ANDRE, C. M. G. Desenvolvimento Municipal das Microrregiões do Estado do Tocantins: Uma Análise a Partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 45, p. 44-62, 2018.
- MORAIS, N. R.; OLIVEIRA, F. P. S.; ROCHA, L. A. Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Norte: a Contribuição da Receita Pública Municipal. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 4, n. 2, p. 54-67, 2016.
- MOROZUMI, A.; VEIGA, F. J. Public spending and growth: The role of government accountability. **European Economic Review**, v. 89, p. 148-171, 2016.
- NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. Handbuch der dritten welt: grundprobleme, theorien, strategien. 3a. ed. [S.l.]: **durchgesehener Nachdruck** der 3, v. 1, 1993.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do Desenvolvimento Humano - RDH**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. [S.l.]. 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>. Acesso em: 11.nov, 2019.
- PASSOS, G. O; AMORIM, A. C. A Construção do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). **Revista FSA**, v.15, n.6, p. 241-259, 2018.
- PEÑA, C. R. Um modelo de avaliação da eficiência da administração pública através do método Análise Envoltória de Dados (DEA). **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 1, p. 83-106, 2008.
- OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J. IGovP: índice de avaliação da governança pública-instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 5, p. 1263-1290, 2015.
- RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. 3. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas S.A., 2012.
- RODRIGUES, M. A. V. Democracia vs. Eficiência: como alcançar equilíbrio em tempo de crise financeira. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 1, p. 88-104, 2017.

SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, J. F. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. **Desenvolvimento em questão**. Ijuí: Unijuí, ano 11, n. 22, p. 35-61, 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – TCE-SP. **Manual do Índice de efetividade da gestão municipal**. São Paulo: TCE, [2014]. Disponível em: <[https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/manual-iegm-tcesp\\_0\\_.pdf](https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/manual-iegm-tcesp_0_.pdf)>. Acesso em: 15 maio, 2020.

SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, SP: **Companhia das Letras**, 2000.

SILVA, C. R. M.; FARIAS, I. F.; MARQUES, D. S.; FREIRE, M. M. A.; GUIMARÃES, D. B. A Influência dos Gastos Públicos sobre a Eficiência na Utilização das Receitas nas Unidades da Federação Brasileira. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 14, n. 1, p. 135-157, 2019.

SILVA, C. R. M.; CRISÓSTOMO, V. L. Gestão Fiscal, Eficiência da Gestão Pública e Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Cearenses. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 4, p. 791-801, 2019.

SILVA NETO, R. R.; REIS, T. R.; RIBEIRO, A. L. Perfil da Gestão Municipal no Estado do Pará: Um Olhar a Partir do Índice de Efetividade. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 23, n. 1, p. 93-106, 2020

TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic development**. Boston: Addison–Wesley, 2009.

TORRES, M. D. de F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIEIRA, M. A.; ABRANTES, L. A.; ALMEIDA, F. M. Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Brasileiros: Uma Análise do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). **Gestão e Sociedade**, v. 14, n. 38, p. 3480-3506, 2020.